

Sumário

AGRADECIMENTOS.....	5
PREFÁCIO	9
INTRODUÇÃO	15
1. O JUIZ DAS GARANTIAS	19
1.1. Definindo o conceito	20
1.2. O instituto no direito estrangeiro.....	22
1.2.1. O modelo italiano.....	26
1.2.2. O modelo alemão	30
1.2.3. O modelo espanhol.....	34
1.2.4. O modelo francês	37
1.2.5. O <i>grand jury</i> norte-americano.....	39
1.2.6. O modelo belga.....	42
1.3. O instituto no Direito brasileiro (aspectos da Lei nº 13.964/2019).....	44
1.4. A suspensão cautelar do Juiz das garantias pelo STF em Ações Diretas de Inconstitucionalidade e o julgamento final do mérito (o modelo de persecução criminal em vigor no Brasil)	50
2. COMO O JUIZ JULGA	113
2.1. O julgamento com base no direito natural metafísico e/ou divino.....	115
2.1.1. O juiz de Platão	117
2.1.2. O juiz de Aristóteles	122
2.1.3. O juiz de Santo Agostinho	129
2.1.4. O juiz de Santo Tomás de Aquino	133
2.2. O julgamento com base no ideário iluminista da separação de funções estatais.....	137
2.2.1. O juiz de John Locke	139
2.2.2. O juiz de Charles de Secondat (o Barão de Montesquieu).....	146
2.2.3. O juiz de Jean-Jacques Rousseau.....	153

2.3. O julgamento com base no positivismo jurídico clássico	160
2.3.1. O juiz de John Austin.....	163
2.3.2. O juiz de Herbert Hart.....	170
2.3.3. O juiz de Hans Kelsen.....	179
2.4. O julgamento com base no positivismo utilitarista e pragmatista.....	187
2.4.1. O juiz de Jeremy Bentham	191
2.4.2. O juiz de Richard Posner	198
2.5. O julgamento com base no neoconstitucionalismo e no pós-positivismo.....	209
2.5.1. O juiz de Ronald Dworkin.....	215
2.5.2. O juiz de Chaïm Perelman	226
2.5.3. O juiz de Robert Alexy.....	235
2.5.4. O juiz de Luigi Ferrajoli.....	245
2.5.5. O juiz de Friedrich Müller	253
3. A DISCRICIONARIEDADE E O JUIZ	261
3.1. A ilusão de que o ideário de justiça universal é tangível racionalmente	266
3.2. A ficção de que o juiz deva ser a boca da lei.....	273
3.3. O juiz herói: o mitológico Hércules	281
3.4. O giro ontológico linguístico e sua crítica hermenêutica.....	289
3.5. A teoria da dissonância cognitiva: o juiz nunca é tábula rasa	302
4. ARGUMENTOS EM FAVOR DO JUIZ DAS GARANTIAS	311
4.1. A ampla defesa e o contraditório substancial.....	319
4.2. Regras próprias distinguindo investigação e processo	324
4.3. A iniciativa de lei que é reservada ao parlamento	333
4.4. Direitos fundamentais definem prioridades orçamentárias.....	339
4.5. O argumento da violação ao princípio da proporcionalidade	345
4.6. Categorias essenciais definem o que é igualdade.....	349
4.7. O juiz natural da causa não deve ser um inquisidor	357
CONCLUSÃO.....	363
POSFÁCIO	365
BIBLIOGRAFIA	367